

# Folias de Reis: cultura, sociabilidade e salvaguarda de direitos<sup>1</sup>

*Ana Paula Santos Horta (UNESP)*

## 1. Introdução

O objetivo deste artigo é compreender a Folia de Reis como espaço e prática de sociabilidade, abrangendo processos de reconhecimento da identidade coletiva, a conquista de determinados direitos como a salvaguarda de seus sistemas simbólicos particulares e a conquista de direitos culturais e territoriais. Neste sentido, é importante ressaltar que, no dia 6 de janeiro deste ano de 2017, uma notícia animou ainda mais a festa dos foliões mineiros: a Folia de Reis foi declarada Patrimônio Cultural Imaterial de Minas Gerais. Para visualizar a dimensão da abrangência desta manifestação cultural da religiosidade popular, só em 2016, 1.255 grupos de 326 municípios mineiros se cadastraram junto ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do estado (Iepha-MG).

A metodologia utilizada para atingir os objetivos constou de três dimensões: teórica, documental e pesquisa de campo, a partir da observação participante e História Oral. A investigação bibliográfica privilegiou os debates em torno da salvaguarda de direitos, do patrimônio cultural imaterial e dos festejos populares católicos como espaços de memórias e saberes tradicionais.

Foram coletadas gravações de áudio e vídeo com membros das Folias de Reis de duas localidades de Minas Gerais: na Serra da Canastra (São Roque de Minas/José do Barreiro e Vargem Bonita) e em Santana de Caldas. As entrevistas das quais alguns trechos transcritos compõem esse texto foram realizadas de forma aberta, buscando sempre a profundidade dos relatos.

Apresentamos a seguir um breve histórico sobre a Folia de Reis; algumas considerações, conceitos e depoimentos relacionados à Folia e a tradição católica; os processos de globalização e transformação social: a conciliação das culturas tradicionais com projetos de desenvolvimento econômico; as práticas sociais como estratégia de luta em processos de reconhecimento da

---

<sup>1</sup> V ENADIR - GT. 08 - Festejos, rituais e a salvaguarda de direitos culturais.

identidade coletiva e na conquista de determinados direitos; o patrimônio cultural e as práticas sociais como estratégia de luta em processos de reconhecimento da identidade coletiva e na conquista de determinados direitos; as considerações finais e as referências bibliográficas.

## 2. Breve Histórico sobre a Folia de Reis

Trazida de Portugal para o Brasil, a Folia de Reis é ao mesmo tempo manifestação religiosa, devocional e “folia”, no sentido de festa profana. É uma mistura de auto, encenação, prece, gestos rituais, dança, poesia em versos, música e comicidade tendo sempre como pano de fundo a fé e a devoção. Sendo também memória, a Folia de Reis celebra e reconta a narrativa cristã do nascimento de Jesus (Mateus 2,1-3) e pode até mesmo ser considerada a figuração viva dos “Três Reis do Oriente” em sua jornada a caminho de Belém.

Realizada especialmente por grupos de origem rural, a Folia de Reis é sempre vista nas fazendas, estradas e pequenos municípios brasileiros. Introduzida no Brasil pelos primeiros jesuítas missionários em seu trabalho de catequese, a Folia como “dança de fundo religioso, mais uma manifestação paralitúrgica que profana”, foi mencionada pelo sacerdote jesuíta Manuel da Nóbrega em carta datada de 1549 (BRANDÃO, 1984, p. 21).

Festejos populares que mesclavam o grotesco, o cômico e o religioso já eram realizados desde a Idade Média e, inclusive, foram rechaçados pelas autoridades eclesiásticas. Em 1208, o Concílio de Wurzburg considerou-as pecado grave e, aos poucos, as danças com motivações religiosas foram expulsas das igrejas, transferindo o cenário para outros recantos de culto popular. Saíram das igrejas e foram para as ruas, praças, beiras de cidade e para os campos (BRANDÃO, 1981; 1984; HORTA, 2011). Mikhail Bakhtin (1999) em *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*, considera esses festejos expoentes da concepção de mundo e do valor estético da época. Bakhtin ao discorrer sobre essas festividades refere-se a elas como sendo um marcador de tempo, que estabelecem relações com momentos de conflito e desordens:

As festividades têm sempre uma relação marcada com o tempo. Na sua base encontra-se constantemente uma concepção determinada e concreta do tempo natural (cósmico), biológico e histórico. Além disso, as festividades, em todas as suas fases históricas, ligaram-se a períodos de crise, de transtorno, na vida da natureza, da sociedade e do homem (BAKHTIN, 1999, p.08)

De acordo com essas acepções, os festejos populares são expressões dos modos de vida da comunidade em que se inserem, resguardando tradição, saberes, arte, memória e técnicas. A festa de Reis, popular em praticamente todas as regiões do Brasil, é um espaço onde transitam práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões, bem como trocas materiais e simbólicas, que criam uma ampla *circulação de dádivas* e de conhecimento. A noção de *circulação de dádivas* aqui vagamente mencionada, só faz sentido quando articulada às concepções de Mauss, porém, não cabe neste texto a apresentação minuciosa de como se estabelecem as trocas materiais e simbólicas dentro de uma Folia de Reis.

Basta para o momento que consideremos, por exemplo, um pagamento de promessa. O devoto recebeu de Santos Reis um milagre/grança mediante um pedido fervoroso, o que implicará no pagamento em forma de almoço, jantar, café ou pouso oferecido à Companhia de Reis e à comunidade. Além disso, como dissemos, há a circulação de conhecimentos específicos que acontece mediante a prática de saberes, que são transmitidos por meio de gestos e da oralidade, tais como: tocar instrumentos musicais, cantar as toadas respeitando as especificidades de cada voz, recitar versos, fazer as máscaras dos palhaços ou as caixas de couro e madeira.

Evento cíclico e articulador de vários setores da comunidade, a Folia de Reis é também um espaço onde “traços culturais são seletivamente reafirmados e reelaborados”, para usarmos os termos de Manuela Carneiro da Cunha (2001) ao definir domínios próprios das denominadas “populações tradicionais”. A partir das ações do festeiro da Companhia de Reis, dos devotos envolvidos e das pessoas que prestigiam a Folia se constrói um patrimônio cultural intangível, dando sentido atual a um passado tradicional que perdura. Quando falamos em passado, é preciso acuidade para não cair nas teias do essencialismo. Embora o sagrado tenha suas raízes na tradição (IANNI, 1977) e, em função dessa premissa, acabe por desempenhar um papel conservador nas sociedades ao ditar regras de moralidade, ele (o sagrado) “não se inscreve apenas no passado, na tradição, nas estruturas consolidadas, nos subterrâneos da cultura” (IANNI, 1977, p. 163). Para Otávio Ianni, o sagrado é o produto sempre renovado – sob a mesma forma ou formas renovadas- das relações dos homens entre si com a natureza e com o próprio sobrenatural. São os homens vivos, presentes, em suas relações pessoais, familiares, grupais e de classes que reproduzem e recriam, a todo instante, o sagrado que consagra as suas relações presentes (IANNI, 1977-164).

Sobre essa temática da relação entre os homens e a religião, há uma tendência um tanto remota da Antropologia em considerar as festas religiosas como um meio de fortalecimento das relações sociais entre famílias e comunidades rurais, sendo também um momento de estreitamento das relações entre os homens e santos (ZALUAR, 1983).

### **3. Algumas considerações conceituais e depoimentos relacionados à Folia de Reis e ao catolicismo campônio**

O que aqui chamamos *contato relacional* entre santos e homens é em última análise uma relação de troca selada, por meio de promessas em função de alguma necessidade pessoal ou coletiva. A suposta intimidade entre homens e santos e o caráter familiar das formas de devoção são marcas da religiosidade brasileiras, já notadas por Gilberto Freyre (1954) em *Casa Grande & Senzala*. Para esse autor a família é desde o XVI “o grande fator colonizador do Brasil” (Freire, 1954) uma vez que, a formação e a instrução religiosa manifestaram-se mais na família, do que nas aulas do catecismo dadas nas paróquias. O padre capelão, além de ser um mestre e orientador da prole da fazenda tinha por dever celebrar as missas nas capelas particulares. A importância da capela do engenho foi muitas vezes analisada por Freyre e perpassa muitos dos trechos da obra citada, bem como de *Sobrados e Mucambos*.

No Brasil, a catedral ou a igreja mais poderosa que o próprio rei seria substituída pela casa-grande de engenho. (...) Mas a igreja que age na formação brasileira, articulando-se, não é a catedral com seu bispo a que se vão queixar os desenganados da justiça secular; nem a igreja isolada e só, ou o mosteiro ou a abadia, (...). É a capela do engenho. (FREYRE, 1954, p. 363)

Em outro fragmento, Gilberto Freyre diz que no catolicismo português prevalecia “uma liturgia antes social que religiosa, um doce cristianismo lírico, com muitas reminiscências fálicas e animistas das religiões pagãs: os santos e os anjos só faltando tornar-se carne e descer dos altares nos dias de festa para divertirem-se com o povo” (Op. Cit., 1954, p.122).

A proximidade com os santos, numa vivência pessoal, doméstica e, conseqüentemente íntima levou a religião para dentro da casa do brasileiro, polarizando-a mais ao redor da própria instituição familiar, do que da organização eclesiástica propriamente dita. Riolando Azzi (1978) também valorizou o aspecto familiar do “catolicismo tradicional” ao notar que, durante os três

séculos de vida colonial, a presença da fé católica no Brasil deve-se, em grande parte, à tradição católica que as famílias portuguesas trouxeram. “É no seio das famílias em modo particular que se transmitem e se mantêm a chama da fé católica” (AZZI, 1978, p.153).

Se os santos são como pessoas íntimas, dada a familiaridade entre eles e os homens, as Folias de Reis seguem a mesma dinâmica e também são agrupamentos familiares, na qual irmãos, pais e filhos tocam juntos. O sentido de família se expande e pode abarcar toda a comunidade, uma vez que em pequenos agrupamentos rurais, onde esses festejos se mantêm ainda fortalecidos é comum que as pessoas se tornam quase todas parentes umas das outras em função das uniões matrimoniais. Isso ocorre em São José do Barreiro, Minas Gerais, onde foi realizada uma pesquisa sobre Folias de Reis que deu origem a uma dissertação de mestrado intitulada *Os Reis da Canastra: os sentidos da devoção nas Folias* (HORTA, 2011).

*É três famílias que aqui vai cuidando da Folia de Reis praticamente. A família do Amador, do Zé Baristo e do Zé Baristim. Mas, o Zé Baristim e o Zé Baristo é uma família só. O Zé Baristim é primo do Zé Baristo, são a mesma família. Mas, tem mais um pessoal ali que não é da família, os palhaços não são da família. O Laércio que trabalha no 'contralto' faz parte da família do Adilson que é o capitão da Companhia. O Adilson é casado com a filha do Laércio. É tudo formado por pessoal mais novo e pessoal mais velho: são pai, são avô, são tios, que largaram porque tão velho e tão passando pros mais novos que são da mesma família. (Informação verbal) (HORTA, 2011, p. 80)*

Mesmo quando não se trata de um grupo fechado, como ocorre em raras exceções, as Folias de Reis são espaços de sociabilidade onde o sentimento de pertencimento e identidade fala mais alto. No depoimento a seguir o Sr. Sebastião Honorato, mestre mais antigo da Companhia de Reis da região de Santana de Caldas/MG explica que não há a necessidade de se delimitar quem faz parte de uma Companhia, pois o grupo está sempre aberto a foliões de distintas origens:

*Folia de Reis não tem grupo certo por aqui. Tem alguma folia de Reis que tem um grupo que não entra ninguém, são só eles. Ali eles têm uniformes, mas a nossa companhia não pode ter uniforme. Porque estão cantando 10, daqui a pouquinho tem 20, daqui um pouquinho tem 30. A nossa folia de Reis que estava cantando ali, tem gente de Poços de Caldas, Santana de Caldas, Campestre. Então é difícil pra você falar. Quando nós vamos fazer uma apresentação só assim, às vezes usa uniforme, mas uma festa daquela não pode ter. Porque você tem 20 uniformes, chegam 40, 50 pessoas. E tudo é companheiro que pode chegar e fazer parte da folia [informação verbal].*

Desta perspectiva decorre afirmar que estamos diante de uma religiosidade tendendo-se a promover um almejado equilíbrio social, pois é alimentada pelas necessidades cotidianas. Por outro lado, essa religiosidade se alimenta por meio da circulação de dádivas materiais e simbólicas. A Folia de Reis, patrimônio imaterial transmitido de geração em geração, é um espaço de identidade reconhecido pelos próprios foliões e moradores da região onde atuam. Vale ressaltar, que estamos tratando de regiões com tradição rural, nas quais ainda se vive um tipo muito peculiar de catolicismo denominado de popular, leigo, rústico, camponês ou campônio.

#### **4. Os processos de globalização e de transformação social: a conciliação das culturas tradicionais com projetos de desenvolvimento econômico**

Sobre os fazeres e saberes específicos dessas populações, que se encontram fora dos centros geográficos mais desenvolvidos como é o caso da maioria das localidades, onde esta pesquisa foi empreendida, de acordo com Luiz Renato Vieira (2016) em *Registro e Salvaguarda do Patrimônio Cultural e Imaterial*, os grupos “tendem a preservar aspectos de culturas tradicionais que precisam ser resguardados e conciliados com projetos de desenvolvimento econômico” (VIEIRA, 2016, p. 3). Com o mesmo autor, pensamos o quanto é importante ressaltar o papel da memória no fortalecimento da identidade e do sentimento de pertencimento coletivo e individual, especialmente quando tratamos do tema do patrimônio cultural imaterial que faz emergir temas, memórias, saberes e fazeres de origem popular, em geral excluídos dos mecanismos de registro e divulgação da cultura nacional.

A fim de promover o reconhecimento, proteção e a garantia da perpetuação do patrimônio cultural imaterial, em 2003, foi aprovada pela UNESCO a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial. No documento “a importância do patrimônio cultural imaterial, principal gerador da diversidade cultural e garantia do desenvolvimento sustentável” é enfatizada. (UNESCO, 2013).

O Artigo 2º da supracitada Convenção da UNESCO (2003) compreende como patrimônio cultural imaterial os seguintes domínios: a) tradições e expressões orais; b) artes do espetáculo; c) práticas sociais, rituais e atos festivos; d) conhecimento e usos relacionados com a natureza e o universo; e) técnicas artesanais tradicionais.

Este patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio

envolvente, de sua interação com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana (UNESCO, 2003).

A partir dessa reflexão, podemos dizer que a Companhia de Reis além da vivência religiosa garante sociabilidade, compadrio, espaço criativo e partilha da memória individual e coletiva. Tais feitos da Folia recordam uma história tão antiga quanto sagrada, partilhada tanto no espaço simbólico da fé, quanto no local concreto da festa. Tais fatos lembram também as datas, os lugares e as pessoas que já se foram, as comidas, as rezas, as cantigas, os versos e o enredo. Com isso, a memória coletiva se firma e a memória individual se afirma numa dinâmica de recordação contínua da história, enquanto tempo vivido e cultura arraigada.

Quando um grupo de foliões se dispõe a superar as diferenças individuais em nome da união coletiva; quando um capitão mais velho se dispõe a transferir o que sabe a um folião mais jovem prevendo que este poderá substituí-lo em sua ausência; quando um alferes, dotado de domínio sob versos e *performances* se dispõe a ensinar a uma criança as rimas e danças, a memória e vínculos identitários estão sendo construídos. Assim, com base em Souza (2016) podemos compreender que a identidade reflete todo o investimento que um grupo faz, ao longo do tempo, na construção da memória. “Portanto, a memória coletiva está na base da construção da identidade, esta reforça o sentimento de pertença identitária e, de certa forma, garante unidade/coesão e continuidade histórica do grupo” (RODRIGUES, 2012, p. 5 apud SOUZA, 2016, p. 152).

Neste sentido, é preciso chamar a atenção para as mudanças que atualmente passam os festejos populares no Brasil. Ainda que consideremos a dinamicidade da cultura, seu contexto de criação e difusão e as forças existentes neste processo (Estado, religião, sociedade, mídia), a rapidez com que a globalização afeta as manifestações culturais brasileiras está tão explícita quanto temível, fato que fez com que Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial reconhecesse que:

Os processos de globalização e de transformação social, a par das condições que criam para um diálogo renovado entre as comunidades, trazem igualmente consigo, à semelhança dos fenômenos de intolerância, graves ameaças de degradação, desaparecimento e destruição do patrimônio cultural imaterial, devido em particular à falta de meios de salvaguarda deste. (UNESCO, 2003).

Assim, entendemos que não nos cabe emitir juízo de valores em defesa da preservação de uma cultura que consideramos “vulnerável”, diante da modernidade ameaçando-a de esfacelamento. Em suma, isso não é viável porque, em primeiro lugar, não há uma cultura no singular, que precise ser resgatada e preservada; segundo, porque a complexidade do campo cultural não se limita a análises acadêmicas e não é só um campo de pesquisa, mas é a vida e o sentido de sua existência, em constante transformação de valores e ideias, ameaças e horizontes, materialidade e imaterialidade (SILVA; CASTRO, 2016, p.18).

Pensar manifestações culturais como espaços de produção, reprodução e consumo de bens tangíveis e intangíveis requer uma visão do constante dinamismo das trocas ou hibridizações do campo da cultura, pois novos significados estão sendo a todo tempo dados, sobretudo no contexto contemporâneo em que as culturas populares estão recebendo novos sentidos, num jogo dilemático entre o local e o global, entre a tradição e a modernidade. Deste modo, não se trata de estudar manifestações do nosso patrimônio cultural imaterial de forma essencializada, fora dos contextos globais e com os rótulos da “deturpação” e “descaracterização” de tais fenômenos; mas sim, de pensá-las como lugar de adaptações, sínteses, ressignificações e encontros culturais. Coaduna-se com essas reflexões Peter Burke quando ressalta que “a identidade cultural é frequentemente definida por contraste” (BURKE, 2003, p. 81).

## **5. Patrimônio cultural e práticas sociais como estratégia de luta em processos de reconhecimento da identidade coletiva e na conquista de determinados direitos**

No estudo do patrimônio cultural há diversas pesquisas que compreendem práticas sociais relacionadas a festas, folguedos e outros rituais afins como estratégia de luta em processos de reconhecimento da identidade coletiva e na conquista de determinados direitos. No que tange o debate sobre direitos territoriais, enfatizamos uma dimensão muito relevante da luta das populações tradicionais da Serra da Canastra, pela permanência em suas terras. Em 1972, foi criado o Parque Nacional da Serra da Canastra (ParNa Canastra) com uma área de 200 mil hectares, sob a administração e jurisdição do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal do Ministério da Agricultura (IBDF). Um dispositivo previa a exclusão de áreas “de alto valor agricultável” e o Ministério da Agricultura, por meio de seu órgão competente, o (INCRA) foi autorizado a promover as desapropriações necessárias à execução do Decreto.

Em 1974, o Governo Federal declarou de interesse social, para fins de desapropriação, uma área de aproximadamente 106 mil hectares, incluída a área originalmente prevista para o ParNa Canastra. Da área decretada, apenas 71.525 hectares foram desapropriados em condições bastante opressoras, durante o governo de Ernesto Geisel<sup>2</sup>. A implantação do Parque foi traumática para a região, porque a área desapropriada tinha dezenas de fazendas, uma delas praticamente em cima das nascentes do “Velho Chico”. Os fazendeiros foram resistindo e protelando a saída até serem retirados à força pela Polícia Federal dez anos mais tarde. Alguns fazendeiros discutem na justiça até hoje o valor das indenizações<sup>3</sup>.

*A gente vê pessoas contar, pessoas mais velhas, pai e avô, pessoas que ainda era da época que ainda hoje vive aqui na nossa região, que foi tomada a terra deles, são várias histórias. A maneira como foi, era regime militar, chegava com metralhadora dando tiro em latão de leite e matando animais, matando porco, dando tiro em gado, violento mesmo sabe?[informação verbal]*

O pesadelo daquelas pessoas vai além de uma história revoltante que se conta de pai para filho. Em 2006, o presidente Lula determinou a instituição do Grupo de Trabalho Interdisciplinar (GTI) – para proceder a estudos e propor medidas relativas à revisão dos limites do Parque. Demarcação de terras, retirada de pessoas da área que originalmente foi definido como Parque, e propostas de indenizações passaram a ser pauta política do cotidiano das populações da Canastra<sup>4</sup>. Muitos debates foram realizados, tanto em Brasília quanto nas comunidades de entorno do ParNa Canastra e, assim, foi criada a Frente Popular em Defesa da Serra da Canastra, que propõe como prioridade a preservação do patrimônio ambiental, dos recursos naturais e minerais e do patrimônio cultural, com a garantia às populações locais de sua permanência nas áreas de origem, por meio da criação do mosaico de unidades de conservação, garantidos pelo Projeto de Lei 1517/07 que cria a Área de Proteção Ambiental (APA).

---

<sup>2</sup> DECRETO Nº 70.355, de 3 de abril de 1972, Senado Federal.

<sup>3</sup> Fonte: <http://www.serradacanastra.com.br/atracoes/parque-nacional>. Acesso em 02 agosto 2017.

<sup>4</sup> Fonte: <http://www.mma.gov.br/informma/item/2713-governo-quer-regularizar-serra-da-canastra>. Acesso em 30 de julho 2017.

Conforme uma liderança local, os habitantes sempre preservaram a região e deve ter havido algum interesse escuso para, após décadas já decorridas, o governo resolver tirar da gaveta o Decreto de Criação (1972) e ameaçar validá-lo:

*Qual é a visão hoje deles (falando dos governantes)? Visão é que tire daqui essa comunidade! E se tem algum interesse, a gente acha que tem e se chama kimberlito, que é um diamante que tem aqui na Canastra, a gente sabe que tem e é uma coisa muito grande. Agora, se tem interesse por trás, a gente não tem toda essa certeza. Quando eles mexem com essa região eles estão mexendo com mais de 2 mil famílias. Que, que eles alegam? Que precisa demarcar porque são nascentes de águas, são bacias e tal do São Francisco e do Araguari, que é a região do Rio Grande e que são nascentes muito importantes. Mas a nossa região aqui não são (é) mal preservadas (preservada), vocês estão vendo aqui [informação verbal]*

A participação popular nas Folias de Reis é uma maneira de ocupação e permanência territorial, esfera em torno da qual a luta perpetuação do patrimônio cultural imaterial se inscreve. Neste depoimento, um folião preocupado com a pouca adesão de jovens no ritual declara explicitamente sua angústia fatalista:

*Então a parte da juventude aqui na comunidade e no distrito são poucos. Normalmente ou crianças que estão na escola ou a parte mais do meio pra cima. Tem muitas pessoas daqui, que se você tira eles daqui, como é que eles vão sobreviver numa cidade grande? De que forma? Aqui na realidade está ficando o pessoal que é mais velho e a juventude que é pouca aqui já não está ligado muito para esse lado não. Alguns mais velho já pararam, como é o caso do Amador que é folião antigo e já parou. O Zé Laurindo ainda está, que é um dos mais velhos que tem aí. O Zé Evaristim, que é o sanfoneiro, já está bem mais velho, ainda está saindo na Companhia, mas é mais velho, né? Então, assim, a juventude mais nova, poucos que estão ficando. O medo da gente é daqui uns, sei lá, cinco, seis anos, acabar. Eu acho que corre o risco” (chorando diante da câmera)[informação verbal].*

#### **4. Considerações finais**

A concepção de cultura popular como um lugar de resistência e sobrevivência de valores que precisam ser “resgatados” e preservados guarda em si um olhar romântico, nostálgicamente voltado ao passado que, por sua vez, é idealizado e utópico. Considerar os fazeres populares, sejam festas, rezas ou manifestações artísticas, como exemplos de alteridade idealizada e autêntica soa como uma interpretação equivocada. É preciso perceber que, dessa articulação conceitual tensa e necessariamente dialética derivam novos significados: ressignificações culturais diante do processo de globalização.

Dessa perspectiva decorre que, com o reconhecimento da Folia de Reis como Patrimônio Cultural Imaterial de Minas Gerais as necessidades de suas agremiações (como a confecção dos

trajes típicos, a compra dos instrumentos musicais e os transportes para os foliões locomoverem-se) tem a possibilidade de ser solucionadas com o fornecimento de recursos para a continuidade e a ressignificação das festas em presença da mundialização. O compromisso firmado entre homens e santos, na devoção, ramifica-se e cria também outro tipo de compromisso: o compromisso entre homens e homens, no sentido de coletivo, de comunidade, identidade e pertencimento.

A Folia de Reis além de ser uma riqueza cultural é um elemento de sociabilidade e de preservação da memória individual e coletiva. O reino do sagrado, para mencionar novamente Ianni, é o reino deste mundo: lutas por direitos, criatividade, resistência e permanência territorial e simbólica. Como bem coloca Renato Ortiz: “toda religião é portanto um lugar de memória e de identidade. Ao consagrar as pessoas ela lhes fornece um referente comum através do qual a identidade do grupo pode se exprimir [...]” (ORTIZ, 2002, p. 91). Neste sentido, o território da memória é uma técnica de celebração das lembranças aproximando os indivíduos antes dispersos (ORTIZ, 2002, p. 91). Num mundo globalizado a questão da identidade torna-se crucial e, neste sentido, à medida que a religião tem capacidade de agregar pessoas em escala ampliada, ela adquire um poder maior de sociabilidade e de luta por direitos.

No discurso dos líderes nativos, assim como, na fala dos intelectuais especialistas, os vínculos estabelecidos em torno da Folia sustentam laços sociais conexos, que estimulam a permanência dos moradores nos locais pesquisados. A Folia de Reis transmitida de geração em geração recria o patrimônio imaterial e a sua continuidade produz no grupo um sentimento de identidade e de pertencimento, ameaçado diante da possibilidade de retirada dos moradores das terras que tradicionalmente ocupam.

### **Referencial bibliográfico**

AZZI, Riolando. *O Catolicismo Popular no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1978.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. 4ª edição, tradução de Yara Frateschi Vieira: Universidade de Brasília, São Paulo, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Sacerdotes de viola: rituais religiosos do catolicismo popular em São Paulo e em Minas Gerais*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. *Casa de Escola*. 2ª edição, Campinas: Papyrus, 1984.

- PETER, BURKE. *Hibridismo Cultural*. São Leopoldo. RS. Editora Unisinos, 2003.
- CORÁ, Maria Amelia Jundurian. *Memória e patrimônio imaterial: formação de identidade a partir dos patrimônios culturais do Brasil*. Revista NAU Social, v. 4, n. 6, p. 120-132, mai/ out 2013.
- CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro WB. *Populações Indígenas, Povos Tradicionais e Preservação na Amazônia, In Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios*. São Paulo, Instituto Socioambiental/Estação da liberdade, p. 184-193, 2001.
- DE SOUZA, Pedro Bastos. *Identidade e diversidade cultural como direitos fundamentais: relação de instrumentalidade e perspectivas no contexto internacional*. Revista Videre da Faculdade de Direito & Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 8, n. 15, p. 141-161, jan./jun. 2016.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 8ª edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.
- HORTA, Ana Paula Santos. *Os Reis da Canastra: os sentidos da devoção nas folias*. 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.
- IANNI, Otávio. *O Reino deste Mundo*. Revista Religião e Sociedade, nº 1, p. 163-168, 1977.
- ORTIZ, Renato. *Anotações sobre religião e globalização*. Anàlisi: quaderns de comunicació i cultura, n. 29, p. 81-102, 2002.
- QUEIROZ, Ana Lucia; ZOET, Márcia. *Folia de Reis: Imagens, Receitas e Ladainhas – Aiuruoca (MG)*. São Paulo: Lettera, 2012.
- SILVA, Elisabete de Fátima Farias; CASTRO, Bernadete Aparecida Caprioglio. *Congada e Tambu: uma leitura geográfica do Patrimônio Cultural Intangível*. Revista Geografia e Pesquisa, Ourinhos, v. 10, n. 2, 2016.
- UNESCO. *Convenção Para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural e Imaterial*. Paris, 17 de outubro de 2003.
- VIEIRA, Luiz Renato. *Registro e Salvaguarda do Patrimônio Cultural e Imaterial no Brasil*. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/ CONLEG/ Senado, setembro, 2016 (Texto para Discussão nº 211). Disponível em: [WWW.senado.leg.br/estudos](http://WWW.senado.leg.br/estudos). Acesso em 24 de julho 2017.

ZALUAR, Alba. *Os homens de Deus*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1983.